



Os Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) no Brasil e os Impactos Regionais

Pepita de Souza Afiune*

Resumo: O presente artigo pretende debater sobre os Grandes Projetos de Investimentos Regionais no Brasil – especificamente nas regiões com grau maior de dificuldade de integração (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) – bem como as suas implicações, consequências e resultados. Assim, temos a prerrogativa de abordar os projetos SUDAM, SUDENE e SUDECO, realizando uma análise crítica dos impactos que os mesmos realizaram nessas regiões, a partir de uma discussão interdisciplinar entre autores economistas, cientistas sociais e geógrafos. Avaliando os resultados destes programas no panorama econômico regional e nacional, procuramos diagnosticar seus respectivos efeitos para as populações locais, ao comparar com os discursos dos próprios projetos. Desta forma, apresentamos dois grupos de fontes utilizadas para debate, a discussão teórica interdisciplinar e as fontes governamentais, sendo estas últimas, diretrizes dos próprios GPIs, bem como, suas leis complementares e decretos. Essa metodologia aplicada visa a ampliação de um debate que possa transpor as muralhas da academia e buscar uma aproximação com a realidade das políticas públicas implementadas no país. Os discursos das políticas públicas devem se desacoplar da teoria, para estabelecer um diálogo com a realidade das disparidades entre as regiões brasileiras.

Palavras-chave: SUDAM. SUDENE. SUDECO.

Abstract: The present article aims to discuss about the Great Investment Regional Projects in Brazil – specifically in the regions with the highest degree of difficulty of integration (North, Northeast and Midwest) – and its implications, consequences and results. Thus we have the prerogative to approach the SUDAM, SUDENE and SUDECO projects, performing a critical analysis of the impacts that they performed these regions, evaluating their results in the regional and national economic outlook, looking to diagnose their effects on local populations.

Keywords: SUDAM. SUDENE. SUDECO.

* Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades pela UEG. pepita_af@hotmail.com



Introdução

A partir da década de setenta, várias mudanças estruturais ocorreram no Brasil, dentre elas a industrialização, as integrações regionais, o desenvolvimento urbano e evolução econômica. Para Piquet (1993) os anos setenta no Brasil foram representados como uma “ilha de prosperidade”, pois foram constituindo-se novos projetos do Estado que tornaram-se aparatos visíveis. Ablas e Fava (1985) também apontam que o Brasil embora seja um país de grandes distâncias, tornou-se cada vez mais integrado nas últimas décadas. O comércio interestadual triplicou entre os anos 1943 e 1961, e a partir desta última data, aumentou cerca de dez vezes nos vinte anos seguintes. As migrações internas também foram intensas entre os Estados, pois estima-se que na década de oitenta, quarenta milhões de pessoas viviam fora do seu Estado nativo.

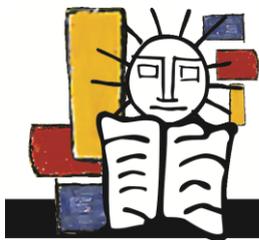
Dentro desse contexto, os Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) surgiram como potentes projetos econômicos que causam amplos efeitos socioeconômicos, culturais, regionais e ambientais. Envolvem planos de grande porte, para desenvolver a infraestrutura e melhoria às regiões brasileiras, promovendo também uma maior integração entre as mesmas.

As regiões com economias mais diversificadas podem ter uma melhor reação à implantação de um projeto de investimento, podendo reagir de forma mais dinâmica a iminentes riscos, ao passo que uma economia especializada pode ser mais vulnerável, ficando dependente das turbulências dos mercados.

Desta forma, são importantes discussões como esta, que possuem o objetivo de identificar problemas que já foram enfrentados por projetos, para que se possa refletir sobre as medidas que podem ser tomadas na resolução dos problemas regionais no Brasil.

Os Projetos SUDAM, SUDENE e SUDECO

Para Vainer e Araújo (1992) existe vasta literatura que discute os efeitos dos GPIs nas regiões nas quais são desenvolvidos. Ao invés do arrefecimento das diversidades regionais, as regiões têm experimentado impactos negativos, como a desestruturação das atividades econômicas, aumento da população de forma desordenada, desemprego, marginalização e degradação ambiental.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

O sempre anunciado progresso para a região e a prometida modernidade estampada em prospectos coloridos raramente ultrapassam os limites do próprio empreendimento – e das vilas para seus engenheiros e técnicos de nível superior (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 34).

Para se compreender os impactos dos grandes investimentos, seja em territórios locais ou no território nacional, é de suma importância *a priori* compreender a concepção de território. O termo território é concebido como um instrumento para se compreender o espaço habitado e construído pelo homem, analisando as problemáticas que concernem a questões econômicas e políticas que por sua vez estão sob o poder de grupos econômicos que administram os grandes projetos.

Para Moraes (2002) um território é formado a partir da ocupação do espaço por grupos sociais, pois ele acredita que não é possível pensar em território sem o grupo social que ocupa e explora este espaço, inexistindo como um espaço puramente natural. Já para Santos e Silveira (2001) o território é advindo do processo de colonização e a sua internalização, assim, o processo histórico determina a formação do território nacional, tornando-se agente de transformação permanente, e desta forma, passa também a receber uma conotação política, pois é necessário existir um território para se construir um Estado.

Com a globalização, a noção de território nacional transforma-se em território transnacional, ou seja, global, internacional. O território transnacional passa por um processo racionalizador por parte das instâncias e governos mundiais, como o FMI, o Banco Mundial, a ONU, que garantem uma globalização vertical. Desta forma, Milton Santos (2001) produziu muitas críticas à globalização, porque a mesma tem seguido a lógica do capital financeiro. Na verdade, território para Milton Santos não pode ser encarado como uma noção engessada, pois foi configurado historicamente, como um conjunto entre os sistemas naturais existentes em uma dada área juntamente à atuação do recurso humano que ali habita.

Partindo-se dessas pesquisas, planos de manejo podem ser preparados com o objetivo de reduzir os efeitos das implicações negativas da instalação de um projeto em um determinado território, e para que se maximize os seus efeitos positivos.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Conforme Tavares (2002) as políticas de desenvolvimento regional foram desenvolvidas inicialmente nos países do “centro”, trazendo melhorias para os problemas específicos dessas regiões, e posteriormente foram se difundindo para os países subdesenvolvidos, geralmente adaptados a novas realidades. Assim, esses projetos são concebidos no Brasil como estimuladores do desenvolvimento, para mostrar ao mundo a sua habilidade produtiva autossuficiente e a sua competência de concorrer dentro das disputas no comércio internacional.

Para Vainer e Araújo (1992) a expressão “Grande Projetos de Investimento” caracteriza planos de desenvolvimento que mobilizam capital, recursos naturais, energia e mão de obra. Esses agentes são mobilizados em uma determinada região, atraindo investimentos, mobilizando vários recursos naturais e humanos para um fim estritamente econômico.

Um exemplo disso são as instalações das usinas hidrelétricas; sabemos que a sociedade moderna tem uma demanda crescente por energia elétrica, afinal, todas as atividades dependem da mesma. As hidrelétricas por todo o território brasileiro ganham destaque pela sua potência energética, pois dispomos de grandes bacias hidrográficas.

Porém, a construção de uma hidrelétrica gera impactos ambientais, além dos econômicos e socioculturais, que atingem diretamente as populações locais. Há uma tendência à expulsão desses indivíduos de seus *lôcus*, em um processo de apropriação de trabalho, terra, recursos naturais e humanos, interferindo no território. A terra passa a suportar alterações no seu modo de apropriação e utilização, pois se alteram as formas de uso do solo.

Em Itaipu foram deslocadas mais de 42 mil pessoas; em Sobradinho foram cerca de 70 mil. As 25 barragens previstas para a bacia do Alto Uruguai pelo Plano 2010 da Eletrobrás, segundo estimativas de organizações populares locais, deverão transferir nada menos de 300 mil pessoas (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 35).

As formas de uso dos recursos naturais também sofrem modificações, devido à alteração nos ecossistemas. Assim, estabelecem-se novas relações sociais que realizam práticas extrativistas, principalmente da exploração da madeira.

Para Piquet (1993) os projetos para siderurgias, hidrelétricas, telecomunicações e a Petrobrás articulavam-se com o capital estrangeiro. O governo se propunha a



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

desenvolver estratégias nos setores de produtos químicos, petróleo, siderurgia, hidrelétricas, dentre outros. Para isso, além do capital estatal o governo também contou com o capital privado. Os projetos para a exportação de minerais articularam-se entre o Estado e empresas internacionais. Os projetos para os insumos básicos por sua vez, contaram com os investimentos das empresas estatais com uma pequena fração de empresas privadas nacionais e internacionais. No total, estimula-se que 70% dos investimentos foram do Estado, 15% do setor privado nacional e 15% do exterior.

No final das contas muitos desses projetos não foram efetivados, muitos interrompidos, abandonados e sofreram falta dos investimentos necessários. Tudo isso sob o lema de integração do país e dinamização da indústria. O que se percebeu de resultado dos projetos foi que o território brasileiro passou a receber um olhar globalizante. Todavia, para Vainer e Araújo (1992):

[...] A localização desses mega empreendimentos em espaços periféricos aos eixos do desenvolvimento nacional não respondem, nem pretendem responder, a uma preocupação com a desconcentração das atividades econômicas. Ela expressa, isto sim, a tendência à apropriação e mobilização produtiva de recursos naturais em benefício de circuitos de acumulação que, mesmo quando se capilarizam até os pontos mais distantes, têm sua lógica, dinâmica e comando determinados nos centros nacionais e internacionais (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 48).

As novas regiões configuradas através dos GPIs seguem as necessidades do empreendimento, sendo também uma forma de redistribuição espacial da população tornando-se um mecanismo de exclusão social. Um enorme contingente de desempregados deslocados de barragens, se transformam em massas de trabalho móvel pelo território nacional, pois o desenvolvimento produtivo não alterou a distribuição de renda no país, os ganhos ficaram apenas para os grupos dominantes.

Conforme Oliveira (1981) criada em 1959, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) foi embrionada no final do governo JK, associada ao trabalho de Celso Furtado, sendo uma autarquia administrativa e financeiramente autônoma. Conjeturou uma ansiedade da época em relação a algumas regiões do país que encontravam-se em situação de marginalização econômica, marcando também uma época em que iniciaria a incorporação progressiva da região Nordeste ao território brasileiro.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Para Kon (1999) a SUDENE representou uma forma de estratégia para o desenvolvimento regional, com o objetivo de modernizar a infraestrutura e incentivar a economia da região. No início dos anos 50 o planejamento regional no Brasil tomou corpo com a criação da SUDENE, atuando de forma efetiva nos anos 60. Representou uma grande inovação na forma do Estado brasileiro gerir a economia regional.

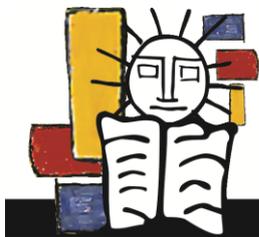
A SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção “planejada” no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes inter-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul. Isto não é uma dedução que se permite apenas por um exame “a posteriori”: o que não estava garantido era o sucesso do empreendimento, mas seus objetivos não poderiam ser mais claros (OLIVEIRA, 1981, p. 116).

A SUDENE não conseguiu criar uma sustentabilidade econômica principalmente no sertão semiárido. A sua atuação estava submissa ao clientelismo local em contestações por verbas entre governadores. Uma falha no combate à seca, aos problemas historicamente presentes como a falta de industrialização, urbanização e a inclusão social. Desta forma,

A extinção da antiga SUDENE e a criação da ADENE resultaram de iniciativa do Governo Federal concretizada na edição da Medida Provisória nº 2.146-1 de 04 de maio de 2001. Essa decisão foi tomada sob influência marcante da grande recessão que afetou o país a partir da década de 1980, tendo como causa remota os dois choques do petróleo ocorridos na década anterior, culminando com a cessação dos financiamentos externos e com a decretação da moratória em 1987 [...] (SUDENE, 2015, p. 01).

Após o fracasso da ADENE, que se mostrou inadequada, mostrando a necessidade de se implantar uma nova instituição dotada de organização e recursos suficientes para a região, a instituição da nova SUDENE se deu através da Lei Complementar nº 125/2007, como resposta aos anseios da população nordestina. Para Oliveira (1981) a SUDENE foi longe demais com a sua ideologia sobre uma neutralidade política, exacerbando questões problemáticas da região, como por exemplo, alegando que a região Nordeste é a mais pobre do Hemisfério Ocidental e ameaçava a unidade nacional.

Desta forma, a nova SUDENE trouxe uma nova roupagem, colocando-se como um “órgão de natureza autárquica especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, com sede na cidade de



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Recife [...]” (SUDENE, 2015, p. 01). Defende a missão de promover o desenvolvimento sustentável do Nordeste, cuidar da preservação cultural e a integrar a região economicamente nos mercados nacional e internacional.

Outro grande projeto foi a SUDAM, que para Ferreira (1999) foi importante após o colapso do ciclo econômico da borracha em 1912. A Amazônia passou por uma era de estagnação econômica, passando por outros problemas de ordem social com a dificuldade de atração populacional, questões de infraestrutura básica como a falta de abastecimento de água e a proliferação de várias endemias como a febre tifoide, leishmaniose, varíola, dentre outras. Desta forma, era imprescindível a atuação do Estado para reverter esse quadro, “criando organismos regionais liberando recursos e interferindo no livre jogo do mercado, minimizando a situação existente, [...]” (FERREIRA, 1999, p. 270).

Conforme Ferreira (1999) o Decreto n. 60079, de 16/01/1967 ao redirecionar a sua preocupação com a região amazônica, aprovou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que por sua vez, possuía como objetivos desenvolver a autonomia e sustentabilidade da economia da região, integrando-a à economia nacional. Organismos de planejamento global foram criados, a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e o BASA (Banco da Amazônia), que passariam a atuar não como meros repassadores de recursos, e sim, como executores e orientadores das atividades econômicas.

Em 2007, o presidente Luís Inácio Lula da Silva criou a nova SUDAM, através da Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007, que substituiu a Agência de Desenvolvimento da Amazônia. A SUDAM passou a ter uma autarquia federal, ligada ao Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, também assegurando a erradicação da miséria e diminuição das disparidades regionais. Dentre os seus discursos estavam:

A Sudam tem entre suas atribuições atrair investimentos privados para a Amazônia com o objetivo de promover oportunidades de crescimento econômico, geração de emprego e maior competitividade ao setor produtivo da Região. Para tanto, a Superintendência administra dois tipos de instrumentos de atração de investimentos: Incentivos Fiscais e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Além destes instrumentos, a Sudam contribui como o Fundo Constitucional do Norte (FNO),



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

administrado pelo Banco da Amazônia, definindo as diretrizes e prioridades de suas aplicações (SUDAM, 2015, p. 01).

Os incentivos fiscais constituem-se ferramenta para atrair empresas privadas para investirem na região Amazônica, pois as empresas instaladas investem na modernização e ampliação de seus projetos. Elas contam com 75% de desconto nos impostos de renda e 30% na Taxa da Marinha Mercante. O objetivo também é a criação de empregos para contribuir com a redução das desigualdades econômicas.

A SUDAM administra o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) com o objetivo de financiar grandes projetos privados para infraestrutura, aprovando diversos projetos que por sua vez destinam recursos conforme a necessidade de cada região.

Conforme dados de Ferreira (1999) a partir de 1996 a Amazônia foi contemplada com vários projetos do Programa Brasil em Ação do Governo Federal: a Hidrovia Araguaia – Tocantins, a Linha de Transmissão de Tucuruí, a recuperação da BR-364 e BR-163, Gás Natural de Urucu, asfaltamento da BR-174 e a Hidrovia do Rio Madeira. “É inegável o papel do Estado brasileiro como articulador e dinamizador das políticas públicas que alteraram por completo o panorama socioeconômico da Amazônia”(FERREIRA, 1999, p. 304).

Entretanto, observa-se que na verdade o que existe na região amazônica é uma lógica de exploração econômica. Para Tavares (2002) esse impasse faz parte do modo de produção capitalista, pois a indústria, por seus atributos tecnológicos, avança de forma mais rápida que a agricultura, ambas caminham a compassos desiguais, solidificando o desenvolvimento desigual.

A Amazônia na década de setenta foi campo de experimentos desenvolvimentistas e de conflitos de interesses com práticas de especulação, clandestinidade, corrupção e violência. “A integração econômica não proporcionou os mesmos resultados no âmbito social face a uma crescente concentração de renda, além de graves impactos ecológicos na execução de projetos [...]” (FERREIRA, 1999, p. 304).

A SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro – Oeste) por sua vez, fora criada em 1967 com a missão de integrar a região na economia nacional, adotando medidas como a criação do Polo centro (Programa de Desenvolvimento dos



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Cerrados) dando condições à EMBRAPA pesquisar o cerrado brasileiro e adaptá-lo para a produção agrícola. Foi extinta em 1990, sendo recriada pela presidente Dilma Rousseff, em maio de 2011, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, tendo como principal missão a redução das desigualdades regionais, a inclusão social e o aumento da competitividade econômica da região.

Percebe-se no site oficial da SUDECO as propostas que pretendem realizar-se nos próximos anos, constituindo-se como um projeto reformulado, que por outro lado mantém a mesma lógica e discurso sobre dinamizar a economia local, reduzir as desigualdades regionais, estimular o desenvolvimento sustentável, utilizando-se das tecnologias modernas que incluam os pequenos e grandes comércios locais. Em suas propostas pode-se perceber que:

Este plano deverá estar articulado com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A Nova Sudeco possibilitará a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), que irá assegurar recursos para implantação de projetos de desenvolvimento de grande porte e infraestrutura e por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) ela possibilitará a realização de financiamentos de investimentos junto aos setores produtivos da região, considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO, 2015, p. 01).

A SUDECO foi concebida como um modelo econômico sob o lema desenvolvimentista, recheado de interesses de classe, respondendo aos interesses do capital agroindustrial, efetuando de fato um pacto de interdependência com o poder executivo e os interesses do Estado.

Um projeto de investimento deve ser ajustado conforme às especificidades regionais, levando em consideração que a instalação de hidrelétricas, rodovias ou ferrovias transformam decisivamente os espaços físicos, atingindo também seus concernentes ecossistemas, bem como as comunidades locais. Assim, esses movimentos estabelecem novas relações sociais que passam a estar diretamente ligadas a execução a dos referidos projetos.

Surgem inteiramente desvinculados das condições socioeconômicas das regiões em que foram implantados. E, dado que portadores de uma nova



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISÍNOS

realidade, rompem com as alianças historicamente construídas, redefinindo contornos regionais pretéritos. Tornam-se os grandes geradores de “novas regiões” (PIQUET, 1993, p. 17).

Porém esses projetos acabam não viabilizando um desenvolvimento integral das regiões mais distantes dos centros econômicos do país. Elas acabaram desestruturando a economia dessas regiões, trazendo novos problemas como superpopulação e consequente desemprego, marginalização, e até mesmo degradação ambiental.

[...] Pode-se dizer que através dos GPIs e o centro hegemônico – política e economicamente – se apropria de determinados espaços para submetê-los a sua lógica, a suas necessidades, a seu padrão de desenvolvimento, a sua forma de exercício do poder, e, sobretudo, a seu modo típico de repartição dos frutos do desenvolvimento (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 38).

E as pessoas atingidas, sofrem os efeitos no seu modo de vida, como é o caso da instalação de usinas hidrelétricas, que ocasionam a perda do modo econômico de sobrevivência tradicional das comunidades, como a pesca e a agricultura, então além de deslocar novas populações para a região, desestrutura as comunidades locais.

Para Piquet (1993) os resultados dos GPIs podem ser diversos, podemos dizer que as perspectivas do Estado foram cumpridas, porém, quando se trata especificamente das regiões brasileiras, o levantamento feito pelos pesquisadores apresenta um resultado negativo.

Se o desenvolvimento capitalista em nosso país gerou, ao longo do tempo, desigualdades regionais de vários tipos, os GPIs representam um formato particular de apropriação e controle do território – e dos recursos territorializados – que se impõe e consolida com a integração do mercado nacional sob a égide do capital industrial-financeiro do Sudeste (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 70).

Sequelas sociais, degradação ambiental, desarticulação da estrutura produtiva local, mudanças na estrutura política, social e espacial. É claro que esses impactos divergem em relação ao tipo de projeto (seja ele industrial, agrícola, hidrelétricas, dentre outros). Os efeitos reais dos GPIs não se concretizam nas regiões, pois as suas instâncias governamentais perdem o seu poder administrativo em detrimento da instância federal.



Para Kon (1999) se observou na maior parte desses planos nacionais foi a inabilidade de prosseguir com processo devido aos problemas técnicos. A falta de qualificação dos trabalhadores, a falta de uma infraestrutura necessária e do seu controle efetivo, a ausência de recursos financeiros e instabilidade política nacional foram as suas maiores dificuldades.

Considerações finais

Pesquisar os efeitos dos grandes projetos de investimentos é fundamental para compreendermos questões que extrapolam os limites econômicos, pois vão além desse campo, atingindo efeitos em vários setores. No caso das usinas hidrelétricas, que atingem integralmente as comunidades que ali habitam, há perda de território, ocorrendo alterações como desapropriações de terra. Esses projetos atingem diretamente a configuração do território brasileiro, por isso foi de suma importância discutir as diversas concepções de território presentes entre as opiniões dos pesquisadores.

São amplos os debates acerca dos impactos regionais. Esses múltiplos desequilíbrios e dificuldades que as regiões podem apresentar com a implantação de um projeto de investimento também estão ligados à carência de políticas públicas para a sustentação da qualidade de vida das comunidades, bem como a manutenção do patrimônio natural presente na região. Os GPIs alteram o quadro local, a região se transforma visivelmente.

É expressiva a necessidade de se integrar as regiões do país dentro da dinâmica socioeconômica do território nacional, através do pleno desenvolvimento das GPIs, levando uma miríade de elementos em consideração, como a diversidade de culturas e as formas de vida presentes. É necessário compreender os impactos nestas sociedades que muitas vezes são levadas a buscar alternativas formas de sobrevivência. É o caso dos ribeirinhos por exemplo, quando são atingidos pelas construções de usinas hidrelétricas. Além de se causar impactos nas condições ambientais, esses empreendimentos implicam em transformações nas condições socioeconômicas em âmbito local e nacional.

É necessário considerar determinadas problemáticas: relocar essas moradias, garantindo melhoria em suas condições; desenvolver ações de desenvolvimento social;



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

mediar as relações sociais entre a população local, migrantes e indígenas, principalmente quando os diversos grupos sociais apresentam interesses e graus de vulnerabilidade díspares entre si; fomentar debates intrínsecos ao empreendimento; não alterar os ciclos reprodutivos naturais das espécies presentes no bioma atingido, fato que também pode gerar impactos socioeconômicos sobre as comunidades locais, à medida em que as mesmas interagem intimamente com o ciclo das florestas e dos rios.

Nos casos dos três projetos, pode-se perceber que a SUDAM ao apresentar uma política de desenvolvimento regional e aplicar instrumentos que recebem incentivos fiscais para facilitar atrativo de capital, do mesmo modo, apresentou implantações de hidrelétricas e siderúrgicas que intensificaram as práticas de desmatamento de grandes áreas, provocando também intensa concentração fundiária. Esse quadro gerou conflitos violentos por posse de terras na região do Bico do Papagaio. Apesar do seu ponto positivo de estimular a região a receber fluxos migratórios, causou um efeito colateral, um excesso de mão de obra composta por indivíduos que não possuíam mais condições de retornar para sua terra natal, e começaram a buscar terras ainda consideradas “livres”, causando mais conflitos.

O caso da SUDENE, quando recém-criada, se empenhou no empreendimento de pesquisas sobre a utilização dos recursos naturais do Nordeste, principalmente os recursos minerais, preocupando-se também com a infraestrutura econômica, como o setor de transportes e energia elétrica. Estas ações promoveram um dinamismo no setor privado, apresentaram elevado índice de crescimento do PIB e inseriu a região nas tendências globais da economia nacional. Por outro lado, o projeto não levou em consideração as especificidades de um bioma semiárido, o que exige padrões de produtividade diferentes das demais regiões do país.

Apesar das melhorias conquistadas, pode-se perceber que existe uma distância entre o ideal de projeto de desenvolvimento regional e a ideia de um desenvolvimento arraigado aos ideais políticos. O governo não adotou uma postura que de fato abordasse as questões regionais, deixando os Estados ora dependentes deste repasse, ora dependentes de investimentos privados. Sua política orientada para o arrefecimento das desigualdades econômicas regionais, refletiu desfavoravelmente na cooperação entre os Estados, gerando



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

uma região heterogênea economicamente. Isso porque os governos não possuíam mais recursos financeiros advindos da Superintendência, e sem esse fundo, tornou-se desmotivador colaborar com as medidas impostas, cada Estado passou a buscar financiamentos por conta própria.

No caso da SUDECO, apesar de sua estratégia de ocupar o Cerrado como um grande celeiro internacional não levou em consideração as reivindicações das comunidades naturais da região, contemplando apenas interesses industriais de grandes corporações. Dentre suas estratégias estavam o estímulo às exportações, a garantia de moradia das populações pobres, o incentivo ao fluxo migratório para a região, modernização da agricultura e aumento da produção agropecuária. Porém, essas ações tiveram como efeitos negativos a concentração fundiária, o êxodo rural, a destruição do bioma Cerrado, os privilégios de algumas áreas em detrimento de outras, e a ampliação das desigualdades regionais. Uma questão importante que deve ser levada em consideração é que a partir da década de 80, esses programas sofreram uma redução expressiva de investimentos, percebendo na prática a sua paralização.

Para a afirmação desses grandes projetos no Brasil, múltiplas pesquisas devem ser desenvolvidas para se levar em consideração as questões econômicas, ambientais e socioculturais regionais. De tal modo, os projetos devem ser instalados e operacionalizados de forma a contribuir integralmente para o desenvolvimento de cada região conforme as suas especificidades.

Referências

ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz; FAVA, Vera Lúcia. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985. Vol. II.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. Planejamento e políticas públicas na Amazônia: as experiências da SUDAM e SUFRAMA. In: KON, Anita (org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 269 – 306.

KON, Anita. Introdução: a experiência brasileira no planejamento público federal. In: KON, Anita (org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 15 - 39.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

MORAES, Antônio Carlos R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PIQUET, Roselia. **Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil: o papel do Estado e dos grandes investimentos**. Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. A constituição do meio técnico – científico – informacional e a renovação da materialidade no território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. p. 55 – 92.

SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. **Incentivos à Atração de Investimentos**. Belém, 2015. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/incentivo-a-investimentos>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2015.

SUDECO, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Histórico e Apresentação SUDECO**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/web/guest/historico>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2015.

SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Contribuição da SUDENE ao Desenvolvimento do Brasil**. Recife, 2015. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/sudene>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2015.

TAVARES, Hermes Magalhães. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, IPPUR, DP&A, ano XV, n. 2, Ago-Dez 2001 / ano XVI, n. 1. Jan-Jun, 2002.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro, CEDI, 1992.

*Artigo recebido em 14 de julho de 2015.
Aprovado em 16 de setembro de 2015.*